

Cai o hotel da Cidade Livre

Administração Regional manda demolir o Hotel São Judas Tadeu, construção pioneira do Núcleo Bandeirante

Ana Maria Campos
Da equipe do **Correio**

Nos idos de 1957, a Cidade Livre era a referência para quem chegava à região onde se erguia a nova capital do país. No local, comerciantes de todos os estados arriscavam abrir um negócio, apostando em bons negócios. Depois de mais de 40 anos, um dos últimos marcos desse passado foi destruído ontem, numa ação de demolição promovida pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante. Do Hotel São Judas Tadeu, construído naquela época para abrigar gente de todas as partes do país, pouco restou.

Junto com as paredes de madeira, caíram por terra décadas da história da família de Olímpia de Paula Gonçalves, 78 anos. Ela e o marido vieram de Itapagipe (Minas Gerais), há 43 anos, arriscar a vida na nova cidade, e aqui criaram os filhos. Com a morte do marido e o mal de Parkinson que a incomoda, o filho mais velho, João Batista Gonçalves, é quem toca os negócios. "Ainda bem que ela não está vendo isso", diz a cunhada Antônia Luíza Gonçalves.

"Foi uma ação truculenta e sem o devido amparo legal", acusa o advogado da família, Adilson Martins. "Eles não poderiam derrubar o barraco sem um mandado judicial, porque a posse data de 1957. Foi uma arbitrariedade", completa.

O advogado critica a Administração por não ter avisado a família de que a demolição seria feita naquele dia. No estabelecimento, havia apenas um dos netos de dona Olímpia, de 13 anos, e o único hóspede, o argentino Aníbal Calvosa, que ficava lá todas as vezes que vinha a Brasília, desde 1980. Dessa vez, estava lá havia dois meses, para escrever um livro. "Tive tempo de tirar minhas coi-

sas e salvar meus livros porque a fiscalização me avisou com meia hora de antecedência", afirma.

ÁREA PÚBLICA

O diretor de Fiscalização de Obras e Posturas da Administração, Wanderley Rodrigues de Souza, diz estar muito seguro da decisão de derrubar o estabelecimento. "O hotel foi construído em uma área pública, por isso tivemos amparo legal para agir", diz. "Nesse caso, a família só teria direito a ocupar a área se a Câmara Legislativa tivesse aprovado a desafetação, o que não aconteceu", acrescenta.

Ele explica que o imóvel foi construído em condições especiais, no início de Brasília, em caráter provisório. Mas a situação perdurou irregularmente até hoje. "Tivemos de derrubar o barraco porque representava um perigo à população: estrutura e acabamentos em madeira apodrecidos, fiação elétrica condenável, riscos de desabamento e de incêndio". Além das condições precárias, o hotel estava funcionando sem alvará.

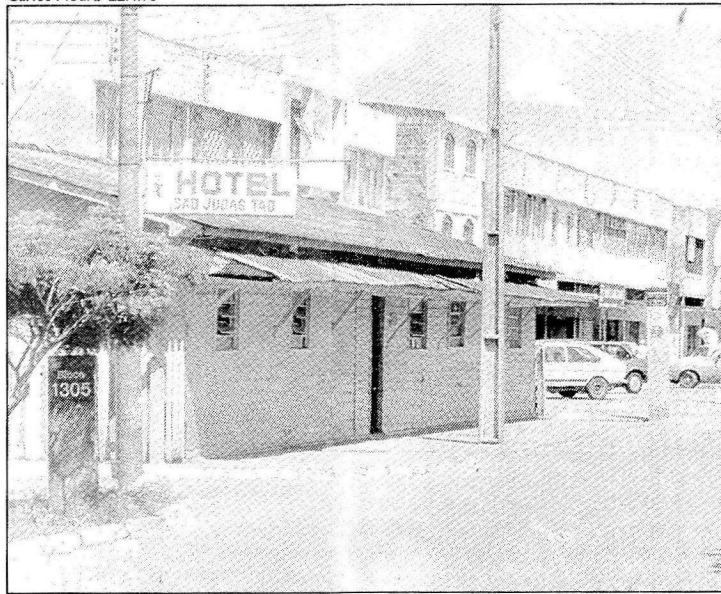
"A Administração negociou a desocupação da área até o limite possível. A primeira notificação foi feita em novembro de 1994, mas João Batista sempre desobedeceu todas as nossas determinações e descumpriu os acordos firmados", afirma. O diretor de Fiscalização acrescenta que em 1996 a função comercial do Hotel São Judas Tadeu foi transferida para um setor destinado a essa finalidade, no Núcleo Bandeirante. A família de João Batista teria, então, comprado um lote, onde construiu um novo hotel, o Olímpia.

Para incentivar a transferência, a Administração Regional o liberou de licitação pública para aquisição do lote, o mesmo procedimento adotado com to-



As máquinas derrubaram as paredes de madeira em pouco tempo: ainda havia um hóspede na casa

Carlos Moura 22.4.93



O barraco foi construído em 1957 e abrigou muitos pioneiros

dos os comerciantes da antiga Cidade Livre.

DESABAFO

A família reconhece que a demolição não é uma surpresa, mas reclama da forma como a Administração procedeu. Pedro Gonçalves fala pelo irmão João Batista, que está doente: "Pedíamos prazos para transferir as máquinas do São Judas Tadeu para o Olímpia e para que uma parte da família, que

ainda mora lá, pudesse encontrar um local para ficar".

A filha de Olímpia Gonçalves, Stela Maris Gonçalves, 44 anos, não se conforma com a destruição do barraco em que viveu durante toda a sua existência. "Eles (fiscais da Administração e policiais militares) não respeitaram nossos pertences e objetos pessoais e deixaram tudo na chuva", desabafa Stela. "Foi como se retirassem um pedaço de nós", completa Pedro.

Stela, eleitora do governador Joaquim Roriz, diz que agora se arrependeu da confiança que lhe depositou em 1998. "O administrador Marco Túlio nos traiu. Ele prometeu que resolveria nossa situação, mas é isso que recebemos", diz, apontando os destroços do hotel.

Wanderley, que se responsabiliza totalmente pela ação, nega que tenha havido qualquer acordo entre Stela e o administrador. "Sempre negociamos com João Batista. Ele estava nos enrolando para manter os dois hotéis", rebate.

Preocupada com as ameaças de demolição, no final de novembro, Stela entrou com uma ação na 6ª Vara de Fazenda Pública, com pedido de liminar para impedir a ação da Administração. Mas a Justiça ainda não havia proferido a sentença.

Agora, o advogado Adilson pretende mover uma ação indenizatória contra a Administração Regional. Mas, por enquanto quem terá de pagar multa é a própria família. A fiscalização está levantando os custos da demolição e da guarda dos pertences que estavam no barraco. A conta vai para os filhos de Olímpia.